

REFORMA DA PREVIDÊNCIA:



**ELE NÃO
QUER QUE VOCÊ SE
APOSENTE!**



Sindicato dos Bancários de Bauru e Região / CSP-Conlutas

Apresentação

Esta cartilha é uma produção do Sindicato dos Bancários de Bauru e Região, ligado à Frente Nacional de Oposição Bancária (FNOB).

Índice

Introdução	4
Entenda a Previdência	5
Reforma da Previdência: boa pra quem?	6
Regras de transição	8
Pensão por morte	11
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	11
Aposentadoria dos militares	12
Privilegiados	13
Grandes empresas, grandes calotes	14
Aposentadoria garantida	16
Barganha	17
Apoiadores milionários	18
Poderia ser muito pior!	20
Nossas propostas	21
Conclusões	22

Introdução

A Previdência Social é uma espécie de seguro que é acumulado por meio de contribuição social. Na teoria, a renda paga pela Previdência vai substituir o salário do trabalhador que contribuiu quando ele deixa o seu emprego, seja por invalidez, doença, idade avançada, morte, maternidade ou porque foi despedido.

É importante destacar que os direitos relativos à Previdência Social fazem parte dos assim denominados direitos fundamentais sociais, os quais, de acordo com o disposto Art.6 da Constituição Federal de 1988, são os direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à Previdência Social, à proteção a maternidade e infância, e à assistência aos desamparados. Por possuírem a finalidade de garantir a dignidade da pessoa humana, são considerados direitos fundamentais, ou seja, são considerados cláusulas pétreas, não havendo que se falar em sua supressão.

Já o Instituto Nacional do Seguro Social, o INSS, é relativamente novo. Ele foi criado em junho de 1990, pelo então presidente Fernando Collor de Melo. A sua fundação é fruto da associação de dois institutos outrora em funcionamento: o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). A principal função desse órgão é operacionalizar o reconhecimento dos direitos de 39 milhões de contribuintes da Previdência Social.

De acordo com o site oficial, a missão da Previdência Social é: “garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social. Tem como visão ser reconhecida como patrimônio do trabalhador e sua família, pela sustentabilidade dos regimes previdenciários e pela excelência na gestão, cobertura e atendimento”.

Será que a reforma da Previdência proposta pelo governo Bolsonaro irá conseguir honrar essa missão da Previdência Social? O Sindicato dos Bancários de Bauru e Região acredita que não. Se ela for aprovada com os ataques aos direitos dos trabalhadores que apontaremos nesta cartilha, o nível de proteção conferido aos seus beneficiários, que foi ampliado a cada nova Constituição brasileira, retrocederá, penalizando brutalmente a população mais humilde do Brasil.

Entenda a Previdência

A Previdência e a Seguridade Social são mantidas por várias contribuições:

- Pelos trabalhadores registrados em Carteira que têm descontado mensalmente em sua folha de pagamento as contribuições ao INSS;
- Pelos trabalhadores autônomos que recolhem mês a mês sua contribuição;
- Pela contribuição patronal obrigatória. Ou seja, os patrões têm que pagar mensalmente a Previdência de acordo com o número de trabalhadores contratados;
- Por tributos, como a COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social): paga a partir do faturamento bruto apresentado pelas empresas;
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido): tributo federal que incide sobre todas as Pessoas Jurídicas (PJ) domiciliadas no Brasil;
- Além de outras fontes de arrecadação do Estado.

ROMBO NA PREVIDÊNCIA? NÃO! O NOME DISSO É DESVIO!



A Desvinculação de Receitas da União (DRU), criada em 1994, permite que o Governo Federal utilize livremente receitas obtidas com impostos e que deveriam ser utilizadas em áreas como Educação, Saúde e Previdência Social. Com a Emenda Constitucional 87/2015, aprovada no governo de Michel Temer, a DRU foi prorrogada até 2023, aumentando de 20% para 30% a alíquota sobre as receitas das contribuições sociais e econômicas, taxas, fundos constitucionais (FCO, FNE e FNO), compensações financeiras de recursos hídricos e outros minerais.

O desvio anual de receitas da Seguridade Social com a DRU passou de R\$ 34 bilhões em 2005, para R\$ 63 bilhões no ano de 2014. Entre 2010 e 2014, foram retirados da Seguridade Social R\$ 230,5 bilhões, por meio da DRU. No ano de 2016 o valor obtido com a DRU, segundo o Tesouro Nacional, foi de R\$ 91,7 bilhões, sendo em grande parte utilizado no superávit primário para pagamento dos juros da dívida pública. Ou seja, com essas desvinculações, o governo retira um montante extremamente significativo de recursos que seriam destinados à Previdência Social. Se esses recursos fossem de fato destinados à Seguridade, conforme determinam os artigos 194 e 195 da Constituição Federal de 1988, a Previdência Social não seria deficitária.

Reforma da Previdência: boa pra quem?

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE BOLSONARO ATACA OS TRABALHADORES E AGRADA A ELITE

Desde o começo de seu mandato, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) critica a “velha política” e declara ser um representante da “nova política”. No entanto, a reforma da Previdência proposta por Bolsonaro e sua equipe econômica mantém a velha política de retirar direitos dos mais pobres para garantir ainda mais os privilégios dos mais ricos. Enquanto os trabalhadores sofrem com os ataques aos seus direitos, deputados, senadores e militares continuam resguardados e transbordando privilégios. Além disso, o governo fala tanto da necessidade de tirar o Brasil do vermelho, mas não combate o calote das empresas que devem mais de R\$ 450 bilhões para a Previdência. Quanto papinho!

ELE NÃO QUER QUE VOCÊ SE APOSENTE!

Confira as propostas da reforma (já com as alterações do relator) que irá fazer os brasileiros trabalharem até morrer

Idade mínima

da aposentadoria

Trabalhadores privados (urbanos) e servidores



Para receber o valor integral da aposentadoria você terá que contribuir por **40 anos**.

Tempo mínimo

de contribuição

Privados (urbanos):



Servidores:



com 10 anos no serviço público e 5 no cargo

Para piorar: se você não tiver a idade mínima, mesmo que tenha 40 anos de contribuição, não conseguirá se aposentar.

Veja como a proposta ataca os professores:

Idade mínima

da aposentadoria



Tempo mínimo

de contribuição



*no regime próprio, será preciso
10 anos no serviço público e
5 no cargo*

Com reforma da Previdência, trabalhador rural não poderá se aposentar por idade sem nunca ter contribuído:

Idade mínima

da aposentadoria



Tempo mínimo

de contribuição



A equipe econômica de Bolsonaro propôs uma reforma cruel para quem trabalha na roça. O jovem que entrar hoje no mercado rural ou um pequeno produtor, no regime familiar, terá de contribuir com 20 anos, no mínimo, para conseguir a aposentadoria. Para o pequeno produtor, a contribuição será de R\$ 600 por ano, pelo menos.

Como pequenos produtores e trabalhadores rurais, que já têm renda baixa e mal conseguem garantir o sustento da casa, vão contribuir com R\$ 50 (em média) por mês? O resultado dessa crueldade será o empobrecimento dos trabalhadores do campo e a exclusão social.

TRABALHADORES IRÃO MORRER SEM TER DIREITO AOS BENEFÍCIOS!

Regras de transição



O texto proposto pelo governo de Bolsonaro prevê 3 regras de transição para a aposentadoria por tempo de contribuição para o setor privado (INSS). Uma outra regra de transição será implementada para o RPPS (servidores públicos).

Transição 1 - Tempo de contribuição + idade

O trabalhador deverá alcançar uma pontuação que resulta da soma de sua idade mais o tempo de contribuição. Para homens, hoje esta pontuação é de 96 pontos e, para mulheres, de 86 pontos, respeitando um mínimo de 35 anos de contribuição para eles, e 30 anos para elas. A transição prevê um aumento de 1 ponto a cada ano. Para homens, ela deve alcançar 105 pontos em 2028. Para mulheres, deve chegar a 100 pontos em 2033.



Infográficos: Juliane Monteiro e Rodrigo Cunha/G1

Transição 2 – Tempo de contribuição + idade mínima



A idade mínima para se aposentar chegará a 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, após um período de transição.

Esse período vai durar 8 anos para eles e 12 anos para elas, começando em 61 anos (homens) e 56 anos (mulheres).

Transição 3 – Tempo de contribuição

Poderá pedir a aposentadoria por esta regra quem estiver a 2 anos de completar o tempo mínimo de contribuição, de 35 anos para homens e 30 anos para mulheres. O valor do benefício será reduzido pelo fator previdenciário, um cálculo que leva em conta a expectativa de sobrevivência do segurado medida pelo IBGE, que vem aumentando ano a ano. Haverá um pedágio de 50% sobre o tempo que falta para se aposentar. Assim, se faltam 2 anos para pedir o benefício, o trabalhador deverá contribuir por mais um ano.

Pode pedir quem estiver a 2 anos da aposentadoria pela regra atual.

 **30 anos**
em qualquer idade

 **35 anos**
em qualquer idade

Pedágio de 50%
sobre o tempo que falta para se aposentar.
Exemplo: Se faltam 2 anos, deve trabalhar por mais 1 ano

Fator previdenciário
Quanto maior a expectativa de sobrevivência, menor o valor da aposentadoria

Regra de transição extra proposta pelo relator

O texto acrescenta mais uma regra de transição, que vale tanto para o RGPS quanto para o RPPS.

Pela alternativa adicional, os trabalhadores que já contribuem para a previdência poderão se aposentar com 57 anos, no caso das mulheres, e 60 anos, no caso dos homens. Deverão ainda ter 30 anos de contribuição (mulheres) e 35 (homens), além de pagar um “pedágio”.

Esse pedágio corresponde a um período adicional de contribuição equivalente ao mesmo número de anos que faltará para cumprir esse tempo mínimo de contribuição (30 ou 35 anos) na data em que a PEC entrar em vigor.

Um trabalhador que já tiver a idade mínima mas tiver 32 anos de contribuição quando a PEC entrar em vigor terá que trabalhar os 3 anos que faltam para completar os 35 anos, mais 3 de pedágio.

	Idade mínima	Tempo de contribuição	
 Mulheres	57 anos	30 anos + Pedágio	Pedágio Contribuição igual aos anos que faltarem, quando a lei entrar em vigor, para o trabalhador completar o tempo mínimo de contribuição
 Homens	60 anos	35 anos + Pedágio	

Exemplos

 Uma mulher que já tenha idade mínima	→	mas tenha 28 anos de contribuição quando a lei entrar em vigor	→	vai precisar trabalhar 2 anos (para completar 30), mais 2 anos de pedágio
 Um homem que já tenha idade mínima	→	mas tenha 32 anos de contribuição quando a lei entrar em vigor	→	vai precisar trabalhar 3 anos (para completar 35), mais 3 anos de pedágio

Pensão por morte

A proposta da reforma da Previdência também prejudica as viúvas e viúvos, que terão o valor da pensão por morte reduzidos praticamente pela metade.



Benefício será de

60%

+

10%

por dependente adicional

Assim, se o beneficiário tiver apenas 1 dependente, receberá os 60%, se tiver 2, receberá 70%, até o limite de 100% para cinco ou mais dependentes. Somente em casos de morte por acidente de trabalho, doenças profissionais e de trabalho, o benefício será de 100%.

Hoje, a pensão por morte é de 100% para segurados do INSS, respeitando o teto de R\$ 5.839,45. Para os servidores públicos, além deste percentual, o segurado recebe 70% da parcela que superar o teto.



Benefício de Prestação Continuada (BPC)

A proposta previa que os idosos teriam de aguardar até os **70 anos** para receber o benefício, que garante um salário mínimo mensal a pessoas com deficiência e idosos em situação de pobreza. Os idosos que têm 60 anos e não possuem renda iriam receber somente R\$ 400,00.

** Já o texto do relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), elimina a mudança na regra e permite que idosos pobres continuem a receber um salário mínimo a partir dos 65 anos.*

Benefício mínimo

Diariamente famílias que vivem com um salário mínimo precisam fazer escolhas cruciais para sobreviver. Comprar remédio ou comprar comida? Comprar produtos de higiene ou pagar o aluguel? Comprar cobertor para os filhos ou material escolar? Milhares de brasileiros se desdobram para conseguir sobreviver por 30 dias com esse rendimento que não está nem perto do que seria suficiente para sustentar uma família.

De acordo com uma pesquisa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), em maio, o salário mínimo necessário para sustentar uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 4.259,90. O valor é 4,27 vezes o salário mínimo em vigor atualmente, de R\$ 998.



R\$998
Salário mínimo atual

MAS, DEVERIA SER DE...

R\$ 4.259,90



A pesquisa faz uma estimativa de quanto deveria ser o salário mínimo para atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, como estabelecido na Constituição, considerando moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência Social. Esse valor é calculado com base na cesta básica mais cara entre 17 capitais pesquisadas. Em maio, o maior valor foi registrado em São Paulo (R\$ 507,07).

No começo de 2019, Bolsonaro aumentou o salário mínimo de R\$ 954 para R\$ 998. O aumento foi de R\$ 44 (4,6%) em relação ao anterior. No entanto, o valor ficou abaixo dos R\$ 1.006 aprovados pelo Congresso para o Orçamento deste ano.

Se a situação de quem vive com um salário mínimo já é precária, imagine os idosos pobres com 60 anos, recebendo R\$ 400 de BPC, conforme foi proposto por Bolsonaro?
DESUMANO!

Aposentadoria dos militares

O governo Bolsonaro tentou ao máximo deixar os militares fora da reforma da Previdência. No entanto, diante da pressão popular, ele se viu obrigado a recuar.



A solução dada para não desagradar os seus pares e poder manter o slogan “É para todos. É melhor para o Brasil”, acabou por incluir os militares. Porém, para compensar essa inclusão, Bolsonaro criou um novo PCS (Plano de Cargos e Salários) aos militares, sem exigir deles idade mínima para se aposentar.

Um general, por exemplo, veria seus rendimentos subirem de R\$ 23 mil para R\$ 30 mil. Hoje, os militares e pensionistas ligados a eles representam R\$ 43 bilhões do “déficit” da Previdência, sendo que são apenas 1% dos aposentados do país.

Reforma da aposentadoria dos militares está fora do radar dos deputados

Deputados ligados ao governo afirmam que preferem não discutir o assunto enquanto a PEC não for aprovada

CORREIO BRAZILIENSE

Rombo para pagar aposentadoria de militares cresce mais que o do INSS

Entre 2017 e 2018, déficit cresceu 12,85%, para R\$ 40,5 bilhões, enquanto o rombo no INSS teve alta de 7,4% no período; nas Forças Armadas, benefício médio, por mês, é de R\$ 13,7 mil, já aposentados da iniciativa privada ganham R\$ 1,8 mil

ESTADÃO

Privilegiados

Embora o governo afirme o tempo todo que a reforma da Previdência é para acabar com os privilégios e que ela envolve a todos (políticos, militares, magistrados, etc.), a verdade não é essa.

Para membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, por exemplo, o governo não implementará um teto para recebimento, realidade diferente de um trabalhador comum. Também não impede que incorporem verbas à aposentadoria, permitindo que ganhem benefícios superiores até mesmo ao teto salarial constitucional. A única contrapartida é o aumento da contribuição para 22%, para quem ganha mais de R\$ 39 mil.

Os políticos do atual mandato, que irão definir pela reforma da Previdência, terão o privilégio de escolher se mantém o atual regime, podendo aposentar com até R\$ 33 mil de aposentadoria, ou se migram imediatamente para o INSS. O resultado disso é que 198 parlamentares já se manifestaram pela manutenção no atual regime.

Embora não estejam nesse grupo de privilegiados, os servidores municipais e estaduais ficarão de fora da reforma da Previdência para facilitar a tramitação da proposta no Congresso. Essa ação, realizada pelo relator da reforma, foi acordada com diversos parlamentares, muitos deles dos partidos chamados “Centrão”.



Grandes empresas, grandes calotes

A reforma da Previdência ignora o fato de que os principais devedores do INSS, somados,

têm uma dívida de **R\$ 491 bilhões** com a Previdência.

Esse valor representa três vezes o chamado “déficit”. Desses devedores, 80% são empresas ativas. Bancos, empresas varejistas, usinas, empresas de transporte, escolas particulares, entre muitas outras, estão na lista de devedores (veja algumas abaixo e na tabela ao lado).

Antes de penalizar os trabalhadores, é preciso cobrar os grandes devedores, como por exemplo, Luciano Hang, dono da Havan, apoiador fanático de Bolsonaro (chegou a coagir os funcionários de suas lojas a votar no atual presidente) e caloteiro da Previdência.



Em 1999, uma ação de busca e apreensão, determinada pela Procuradoria da República em Blumenau, resultou na autuação da Havan em R\$ 117 milhões pela Receita Federal e em R\$ 10 milhões pelo INSS. A empresa recorreu a um financiamento da dívida por meio do REFIS (programa de refinanciamento de dívida) e obteve um prazo, estimado pelo MPF (Ministério Público Federal) à época, para quitar a multa em suaves prestações: 115 anos.

Outra condenação foi por sonegação de INSS dos funcionários. Segundo o Ministério Público, a Havan tinha duas folhas de pagamento: em uma, declarada como oficial pelo empregador, constava a remuneração fictícia, em média R\$ 250 para cada empregado, e na outra aparecia o que era realmente pago, cerca R\$ 600. Com essa manobra Hang teria apresentado ao INSS registros que não representavam os reais custos com a folha de salários. A fraude, segundo a Procuradoria, atingia cerca de 500 empregados, que tinham seus direitos trabalhistas violados, já que as verbas remuneratórias eram calculadas com base em valores inferiores aos realmente recebidos. ABSURDO!



Mineradora que matou mais de 300 pessoas em Brumadinho



MAIORES DEVEDORES PREVIDENCIÁRIOS (maio/2019)

Ordem	Devedor	Dívida total (R\$)
1º	Viação Aérea Rio-Grandense - FALIDA	4.109.261.292,08
2º	JBS	2.590.513.769,50
3º	Vasp	1.992.709.334,65
4º	Ympactus Comercial	1.803.123.155,79
5º	Petrobras	1.646.766.138,69
6º	Aelbra	1.524.564.098,09
7º	Transbrasil	1.368.817.047,96
8º	Marfrig Global Foods	1.190.376.778,37
9º	Águas e Esgotos do Piauí	944.239.193,48
10º	Instituto Candango de Solidariedade	896.500.520,02
25º	Bradesco	596.465.432,54
29º	Caixa Econômica Federal	556.149.375,89
30º	Itaú Unibanco	547.364.023,26
148º	Banco do Brasil	208.759.303,16



Aposentadoria garantida



Enquanto os trabalhadores irão trabalhar até morrer, o presidente Jair Bolsonaro e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, têm aposentadoria garantida.

O presidente da República se aposentou do Exército aos 33 anos, ganhando salário de R\$ 10 mil. Como ex-deputado federal, o político tem direito a mais R\$ 27 mil. Total de 37 mil, apenas de aposentadoria. E claro, o salário R\$ 30 mil pela presidência. Ao deixar o Palácio do Planalto, Bolsonaro receberá R\$ 28 mil ao mês. Em 1998, Jair Bolsonaro foi afastado do Exército aos 33 anos e com 15 anos de serviços prestados. Desde então, recebe aposentadoria de capitão 63% acima do teto do INSS. Já Rodrigo Maia, mesmo defendendo a reforma da Previdência, não abre mão da aposentadoria especial: o PSSC (Plano de Seguridade Social dos Congressistas), a previdência especial que dá aos parlamentares a possibilidade de se aposentar com o salário integral, hoje de R\$ 33,6 mil. Dos 513 deputados da Câmara, 198 optaram por não renunciar ao benefício (30 do PT, 20 do MDB, 17 do PSD, 16 do PR, 15 do Democratas, 15 do PP, 15 do PDT, 14 do PSB, 12 do PRB, 9 do PSDB, 6 do PTB, 5 do PSL, 4 do Cidadania, 4 do PCdoB, 4 do Podemos, 3 do Avante, 3 do Solidariedade, 1 do PHS, 1 do PMN, 1 do PROS, 1 do PSC, 1 do PSOL e 1 do PTC). Maia e Onyx Lorenzoni, ministro-chefe da Casa Civil, são dois desses.

“Eu sou a favor de uma regra de transição mais curta. Todos nós temos uma expectativa de vida maior. Nós temos que entender que trabalhar até 62 anos sem transição não é problema nenhum. Todo mundo consegue trabalhar hoje até 80, 75 anos”, afirmou Rodrigo Maia, em entrevista à GloboNews. Noção e humanidade, pra que ter, né, Maia?

20.jun.2019 às 2h00

Governo Bolsonaro promete liberar R\$ 20 mi em verbas a deputado que votar reforma

FOLHA DE S.PAULO



Em uma reunião realizada na residência oficial do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), com a presença de líderes e dirigentes dos principais partidos de centro e centro-direita, o ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil) fechou acordo para viabilizar a votação da reforma da Previdência na Câmara até a primeira quinzena de julho. O governo se comprometeu a liberar cerca de R\$ 20 milhões, ainda este ano, em investimentos indicados por deputados que apoiem a proposta da reforma da Previdência.

Além disso, o acordo inclui a liberação de mais dinheiro até as eleições municipais do ano que vem, o que favoreceria os deputados que apoiem a reforma nessas disputas. Segundo um dos participantes da reunião, o valor global da negociação soma R\$ 40 milhões até 2020 por deputado que votar a favor da proposta.

O irônico é que esse tipo de barganha política foi alvo de duras críticas do presidente Bolsonaro durante todo o período de campanha eleitoral. Mesmo após sua posse, na nomeação dos presidentes dos bancos públicos, Bolsonaro manteve o mesmo discurso de que as nomeações não teriam vinculação com o apoio às propostas do governo, o que não aconteceu na prática.

BRASIL

Bolsonaro destaca fim do 'toma lá, dá cá' em cerimônia

Ansa

07/01/19 - 13h04

ISTOÉ

Apoiadores milionários



A PEC da reforma da Previdência (Proposta de Emenda Constitucional nº 06/2019) recebeu mais de 220 emendas, mas, segundo uma reportagem publicada no dia 3 de junho pelo site Brasil de Fato, “existe uma ‘tropa de choque’ leal ao presidente Jair Bolsonaro e ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que não mede esforços para aprovar o texto original da reforma.

Ainda de acordo com a reportagem, “em média, os componentes do batalhão especial do governo declararam um patrimônio de R\$ 1,9 milhão à Justiça eleitoral e salários de R\$ 33.700, cerca de 26 vezes mais que a média dos trabalhadores que são chamados de ‘privilegiados’ pelo governo – equivalente a R\$ 1.300.”

No dia 6 de junho, a Folha de S.Paulo publicou uma reportagem informando que “fundos de investimento em participações (FIPs) criados pelo ministro Paulo Guedes (Economia), ainda ativos no mercado, receberam do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) e da Previ, entidade de previdência complementar de funcionários do Banco do Brasil, R\$ 227,1 milhões em aportes de dezembro de 2013 a março deste ano”.

Guedes deixou a Bozano, gestora desses FIPs, logo após a eleição de Jair Bolsonaro, em outubro do ano passado, e a empresa mudou de nome, passando a se chamar Crescera. Estado mínimo para nós, Estado máximo para os defensores da reforma.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

SÓ É BOA PARA OS BANQUEIROS



Os banqueiros são os maiores defensores da reforma da Previdência. Eles vão ampliar seus lucros vendendo planos de previdência privada e, ao mesmo tempo, não vão deixar de receber o dinheiro da dívida pública (R\$ 3,9 bilhões por dia!).

Em janeiro, Sérgio Rial, presidente do Santander, afirmou que as novas regras para a aposentadoria devem contribuir para o crescimento sustentado do país nos próximos anos. No mês seguinte, o presidente do Itaú, Cândido Bracher, ponderou que “a dimensão da reforma da Previdência está correta”. Em março, foi a vez do presidente do Bradesco, Lazari, frisar: “A gente tem que lutar pelo projeto da forma como foi escrito”.

DESILUSÃO PARA OS BANQUEIROS: O relator da reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), descartou o regime de capitalização proposto na reforma, que enriqueceria os cofres dos banqueiros e levaria à miséria milhões de trabalhadores.

Poderia ser muito pior!

Se dependesse apenas de Bolsonaro, a reforma seria muito pior. Pontos defendidos por ele estão sendo alterados, como o tempo mínimo de contribuição, a retirada do modelo de capitalização, a alteração no Benefício de Prestação Continuada e outros (veja abaixo). Essas alterações estão sendo feitas porque os congressistas têm medo das consequências para sua base eleitoral, já que a reforma é amplamente impopular.

Multa de 40% do FGTS

A proposta original enviada pelo governo previa que o empregador não seria mais obrigado a pagar a multa de 40% sobre o saldo do FGTS quando o empregado já estiver aposentado pela Previdência Social. As empresas também não teriam mais que recolher FGTS dos empregados já aposentados. **PONTO RETIRADO PELO RELATOR!**

Abono salarial do PIS/Pasep



Na proposta do governo, o pagamento do abono salarial ficaria restrito aos trabalhadores com renda de até um salário mínimo. **Já o texto do relator define que o pagamento do abono deverá ser feito aos trabalhadores de baixa renda (até R\$ 1.364,43).**

Reajuste dos benefícios

O texto enviado pelo governo ao Congresso eliminava o trecho da Constituição que garantia o reajuste dos benefícios para preservar o valor real – ou seja, para compensar as perdas da inflação. **Já a proposta do relator devolve o trecho ao texto, garantindo o reajuste dos benefícios pela inflação.**

Encargos trabalhistas

A proposta do governo previa a inclusão da expressão “de qualquer natureza” no artigo que trata da incidência das contribuições patronais sobre a folha de salários. O item, segundo especialistas, abria brecha para que incidissem sobre vale transporte, vale alimentação e outros. **PONTO RETIRADO PELO RELATOR!**

Nossas propostas

- Eliminação da isenção da taxaço de lucros e dividendos sobre o capital próprio;
- Instituição do imposto sobre grandes fortunas;
- Ampliar para alíquota máxima o imposto sobre grandes heranças;
- Criação de imposto similar ao IPVA para aviões e embarcações de passeio;
- Auditoria nas dívidas públicas;
- Estudo sobre benefícios sociais das desonerações fiscais;
- Cobrar os grandes devedores da Previdência.

Conclusões

- A reforma da Previdência faz parte do pacote de enfraquecimento dos direitos trabalhistas para atender o interesse das multinacionais estrangeiras;

- O governo exagera nos números para apresentar situação de calamidade;

- Reforma não mexe com empresas que lucram muito e pagam pouco INSS;

- A média de vida dos brasileiros é de 76 anos, ou seja, em média, o governo espera pagar somente 11 anos de aposentadoria. Quem começa a trabalhar mais cedo, vai pagar por mais tempo;

- Segundo dados de 2017, o Brasil gasta cerca de 44% do Orçamento com juros e amortização da Dívida pública, enquanto que a despesa com a Previdência Social foi de 22,4%

- A reforma da Previdência de Bolsonaro é muito pior que a reforma proposta por Temer, que já atacava os direitos dos trabalhadores. Por isso, precisamos unificar a luta contra todos esses ataques listados nesta cartilha, mobilizando ainda mais a sociedade contra essa reforma nefasta.



SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BAURU E REGIÃO / CSP-CONLUTAS

Rua Marcondes Salgado, 4-44, Centro; 17010-040; Bauru - SP

(14) 3102-7270

Site: www.seebbauru.org.br

Facebook: www.facebook.com/seebbauru

SUBSEDES

Avaré: Rua Rio Grande do Sul, 1.735; (14) 3732-7650

Piraju: Rua Ataliba Leonel, 159, Sala 6; (14) 99838-1160